

45º Encontro Anual da ANPOCS

GT 40 - Teoria social: diagnósticos e prognósticos do tempo presente

Da dialética da natureza à ecologia anticapitalista: percursos da reflexão marxista sobre natureza e sociedade.

*Laura Luedy,
doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH, Unicamp.*

Introdução

Desde fins de 2018, elementos da agenda ecológica ganharam impressionante impulso na mídia e na política mundiais. O *Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas* da ONU lançara em outubro daquele ano um alarmante relatório especial sobre o estado do aquecimento global (Cf. IPCC, 2018) e, nos meses seguintes, assistimos a uma explosão da pauta da ecologia tanto nas ruas, quanto na política institucional de alguns países. A atenção generalizada aos “fatores antropogênicos” de catástrofes ambientais, conquistada na esteira desse movimento, seria reforçada ao curso do ano de 2020 com a instauração da pandemia de COVID-19 e, sobretudo a partir do segundo semestre de 2021, com a repetida tematização pelas mídias da escalada na frequência e na intensidade de eventos naturais extremos ao redor do globo em função das mudanças climáticas em curso (Cf. AMARAL, 2021; FELLET, 2021).¹ Nesse cenário, atores políticos de todos os espectros foram instados a se posicionar expressamente sobre o tema e a incorporar de maneira refletida em seus projetos uma versão de política ecológica ou anti-ecológica. Os movimentos e instituições à esquerda que reivindicam uma herança marxista têm se esforçado, em particular, por jogar luz sobre a relação incontornável que há entre o atual estado de risco ambiental e civilizacional, de um lado, e o avanço dos circuitos do capital, de outro. (Cf., p. ex., WALLACE et alli., 2020)

De fato, em consonância com essa tendência geral – mas de maneira alguma apenas a reboque dela –, a literatura marxista tem, nos últimos anos, dado renovada atenção ao tema da natureza. Dão mostra disso a crescente produção acadêmica e de divulgação que explora a relação entre ecologia e marxismo (FOSTER; BURKETT, 2016; MALM, 2016; SAITO, 2017), bem como os recentes esforços de publicação, pela segunda edição da *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA²), de parte dos cadernos que Karl Marx (1818-83) preencheria em seus últimos anos de vida com notas sobre ciências naturais e sobre o cultivo da terra.²

¹ Isso ganhou momentum em grande medida graças à publicação pelo IPCC, em agosto de 2021, de sua sistematização das evidências a respeito disso produzidas pela ciência física do clima (Cf. IPCC, 2021).

² Refiro-me especificamente à publicação em 2019 do volume 18 da seção IV da MEGA², que dá foco a notas e excertos feitos por Marx entre 1864 e 1868 sobre agricultura, e à publicação em 2011 do volume 26 da mesma seção, que reúne excertos e notas feitos por Marx em 1878 sobre geologia, mineralogia e química agrícola. (Cf. BBAW, 2021)

Não obstante a novidade do enquadramento que as intervenções mais recentes dão à questão, não se pode dizer, porém, que a reflexão sobre o tema haja sido, antes disso, estranha à história dessa tradição intelectual e política. Em verdade, a trajetória dos debates sobre o sentido da noção de natureza no marxismo é longa, complexa e, em grande medida, confunde-se com sua própria história. No que segue, apresento as linhas gerais de como boa parte da discussão sobre natureza no marxismo se deu de fins do século XIX até os dias de hoje. Ver-se-á que ela foi intensamente marcada por posições divergentes a respeito daquilo em que consistiria, propriamente, a “dialética”.

A natureza como objeto dialético independente da cognição dialética

Um primeiro ponto de inflexão incontornável da trama em que a história do marxismo em geral se tece (Cf. HAUPT, 1979: 361-2) e também na construção da maneira peculiar pela qual se abordou e se tem abordado o tema da natureza nesse contexto (Cf. BURKETT; FOSTER, *ibidem*: VIII; KANGAL, 2020: 93) é o *Anti-Dühring* (1878) de Friedrich Engels (1820-1895). No prefácio à segunda edição dessa obra, lê-se:

(...) na natureza se impõem, no labirinto das transformações sem número, as mesmas leis dialéticas do movimento que, também na história, dominam a aparente fortuidade dos acontecimentos; (...) essas leis foram desenvolvidas pela primeira vez por Hegel de modo mais completo, se bem que numa forma mística; e nosso esforço foi o de descascá-las [herauszuschälen] dessa sua forma e de trazê-las à consciência em toda sua simplicidade e validade universal. (...) [N]ão se podia tratar, para mim, de impor as leis da dialética à natureza, mas sim de *encontrá-las na natureza e de desenvolvê-las a partir dela*. (ENGELS, [1885] 1975b: 11-2, grifo meu).

Para discernir de maneira precisa o que significa, nesse contexto, encontrar as “leis da dialética” “na natureza” e “desenvolvê-las a partir dela”, é preciso considerar antes, porém, a posição de seu autor a respeito do conhecer em geral.

Por um lado, Friedrich Engels registrou escrupulosamente não poucas vezes no *Anti-Dühring* que seria *impossível* alcançar o conhecimento exato e definitivo do mundo em todas as suas correlações. Todo “reflexo” do mundo no pensamento permaneceria, segundo ele, restrito objetivamente pelo contexto histórico e subjetivamente pela constituição corporal e espiritual de quem pensa (Cf. ENGELS, [1877-8] 1975a: 34-5). Não obstante isso esteja estabelecido e seja frisado na obra, outros elementos da

argumentação traçada nela dão mostra de que o autor igualmente aposta na possibilidade de uma solução de identidade entre “mundo efetivo” e “pensamento”, por outro lado. Mais precisamente, Engels sugere que “na sucessão – ao menos para nós praticamente sem fim – das gerações humanas”, efetivamente se resolve a “contradição” entre, de um lado, o pensamento tal como ele realmente se dá “em seres humanos singulares” e “altamente restritos” e, de outro, a “soberania” do “pensamento humano”, do “conhecer” (idem, *ibidem*: 80).

Tal afirmação seria inócua e sem maiores consequências para seu argumento se Engels não defendesse, ao lado disso, que as últimas conclusões das ciências positivas de sua época – ou, mais exatamente, o que ele próprio entendia delas – valem precisamente como resultado de um progresso desse tipo (Cf. id., *ibid.*: 22, 24, 41). Veja-se, a esse respeito, o seguinte trecho, em que o autor declara, sobre sua própria posição – a que chama, por vezes, de “materialismo moderno”:

Este (...) não é a mera reinstauração do antigo materialismo, mas algo que acresce ainda às bases remanescentes do mesmo todo o conteúdo de pensamento de um desensolvimento de dois milênios da filosofia e das ciências da natureza, assim como dessa história de dois milênios, ela mesma. Ele já não é mais [, como tal,] filosofia alguma, mas uma simples visão de mundo que tem de se comprovar e de se exercer não numa ciência das ciências aparte, e sim *nas ciências efetivas*. (id., *ibid.*: 129, grifo meu)

Em especial a tese científico-natural de que todo pensamento seria geneticamente subordinado ao desenvolvimento físico do cérebro humano e, em última instância, às “correlações naturais”, cumpriu para Engels um papel central em sua “concepção materialista das coisas” (id., *ibid.*: 33-4). É com base em tal tese que ele justifica – no *Anti-Dühring*, como em textos anteriores e posteriores seus – a proposição de que o “pensamento dialético” (ou “a assim chamada dialética *subjetiva*”) constitui “mero reflexo” da “dialética dita *objetiva*” que “domina toda a natureza”, (id. [1873-86] 2020: 119, grifos no original).³ Fica evidente, assim, o sentido bem determinado de seu projeto de encontrar “as leis da dialética (...) na natureza e de desenvolvê-las a partir dela” (id. [1885] 1975b: 11-2); e pode-se também compreender, finalmente, que de acordo com sua definição, a *natureza* corresponde a um *objeto que devém dialeticamente ele mesmo, de*

³Noutra ocasião, Engels faria asserção próxima, mas não idêntica, de que “a dialética em nossas cabeças é apenas o reflexo do desenvolvimento factual, correspondente, das formas dialéticas do mundo natural e do mundo humano que se consumam.” (ENGELS, Carta a Conrad Schmidt de 1o de novembro de 1891, apud. SCHMIDT, [1962] 1993: 52)

*maneira ontologicamente anterior e logicamente independente de sua relação com a cognição.*⁴

O ponto que quero frisar com essas considerações é o seguinte: na medida em que Engels põe, nessa ocasião, a dialética da natureza assim entendida como a origem necessária da dialética enquanto forma do conhecer, ele opera com um hiato entre, de um lado, *forma dialética de cognição* e, de outro, *objeto dialético*, ali onde sua intenção manifesta era, no entanto, justamente a de frisar a continuidade entre esses termos. Com isso, ele avançou uma proposição que, nas décadas subsequentes, conheceria tantas ressonâncias elogiosas quantas críticas marcadas no contexto da intelectualidade marxista.⁵

Historicamente, sua tese seria ecoada de maneira relativamente fiel tanto por parte da ortodoxia da *Segunda Internacional*, capitaneada pela social-democracia alemã, quanto por parte da produção intelectual soviética – e isso, a despeito das diferenças de entendimento que havia, nesses contextos, sobre a relação adequada entre filosofia e ciência.

A adesão à noção engelsiana de dialética da natureza pode ser reconhecida, por exemplo, nos trabalhos mais generalistas de Karl Kautsky (1854-1938), em que o autor apontou a vigência de processos dialéticos para o nível da natureza orgânica, divergindo apenas muito sutilmente do cânone ao negá-los para a ordem do inorgânico. (Cf. KAUTSKY, 1927: 128-30) Também Georgi Plekhanov (1856-1918) anunciava de maneira clara que “a dialética se baseia na concepção materialista da natureza” (PLEKHANOV, [1907] 1929: 118), argumentando que “o movimento da matéria que subjaz todos os fenômenos da natureza” é “uma óbvia contradição” (idem, *ibidem*: 112) e que “as contradições contidas nos conceitos são apenas o reflexo (...) de contradições que existem nos fenômenos graças a seu fundamento comum: o movimento” (id. *ibidem*: 119).

Uma posição similar pode ser reconhecida em certos momentos dos escritos filosóficos de Vladimir Lenin (1870-1924). Há trechos em que o revolucionário faz

⁴ Para uma opinião semelhante a respeito desse ponto, porém – à diferença do que se verá neste artigo – mais favorável à posição de Engels, Cf. Kangal (*ibidem*: 106)

⁵ Sobre a ampla divulgação das teses do Anti-Dühring, Ricardo Musse lembra: “A versão condensada deste livro (...), intitulada *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, obteve um sucesso inaudito. O livreto, cujo carro chefe consistia na exposição das leis da dialética, foi publicado na Suíça em 1882 e traduzido em seguida para mais de uma dezena de línguas. Tornou-se rapidamente, junto com o Manifesto Comunista, uma das duas mais difundidas apresentações do materialismo histórico, responsável pela formação de toda uma geração de marxistas.” (MUSSE, 2020: 21-22)

referência explícita à “dialética (...) da própria natureza” (idem, [1908] 1962: 125) ou ao “reconhecimento (...) das tendências contraditórias, *mutuamente excludentes*, opostas de *todos* os fenômenos e processos da natureza” (id., [1925] 1976: 357, grifos no original); e, em certas ocasiões, ele declararia que seu materialismo está “em pleno acordo com as ciências naturais”, pois “toma como primária a matéria e considera como secundários a consciência, o pensamento e a sensação” (LENIN, 1962: 46).

Se alinharam à tese engelsiana de maneira ainda mais patente figuras como Nicolai Bukharin (1888-1938) e Abram M. Deborin (1881-1963) e Mao Tse-Tung (1893-1976). É de Bukharin, por exemplo, a declaração de que é “necessário usar o método dialético, o modo de pensamento dialético, porque a dialética da natureza poderá, assim, ser apreendida” (BUKHARIN, [1921] 1925: 75). Deborin, por sua vez, afirmaria categoricamente que “de acordo com o ponto de vista do materialismo dialético, a natureza é, ela mesma, dialética.” (DEBORIN, 1924, apud. KANG, 2019: 218) Similarmente encontra-se, entre os escritos de Mao, asserções de que “a lei da contradição nas coisas (...) é a lei fundamental da natureza.” (MAO, [1937] 1965: 345)

A publicação, em 1925, de textos esparsos escritos por Engels entre 1873 e 1886 sob a rubrica de *Dialética da Natureza* deu fôlego a essa linha interpretativa. (Cf. JORAVSKY, 2009, p. 215) Nos primeiros textos de Karl Wittfogel (1896-1988) – que viria a ser um dos mais relevantes pesquisadores marxistas da relação entre fatores naturais e o desenvolvimento das forças produtivas, partindo de uma noção positivista de ciência –, encontra-se referências não apenas ao “mundo objetivo, material, exterior que existe antes de todas as relações sociais” (WITTFOGEL, [1929] 1985: 55), mas também ao “ser dialético”, (idem, *ibidem*: 25) Mesmo Leon Trotsky (1879-1940) manteria uma posição alinhada à hegemonia soviética nesse respeito, como a seguinte declaração tardia sua evidencia:

Chamamos nossa dialética de materialista, já que suas raízes não estão nem no céu, nem nas profundezas de nosso “livre arbítrio”, mas na realidade objetiva, na natureza. (...) A dialética do pensar, tendo se criado a partir da dialética da natureza, possui, em consequência, um caráter marcadamente materialista. (TROTSKY, [1939] 1942: 51)

Em contraste, exemplos de indiferença à posição de Engels no que diz respeito a esse tema, ou mesmo de rejeição parcial de sua posição, puderam bem cedo ser encontrados. O socialista britânico Ernest Belfort Bax (1854-1926), por exemplo, não obstante divulgasse entusiasmadamente a ideia de que o método dialético não só dá conta

da realidade, mas também a perfaz, distanciava-se consideravelmente de Engels por entender a realidade como “experiência atual e real”, da qual a natureza é tão somente uma derivação abstrata e parcial (Cf. BAX, [1890] 1891; [1886] 1890). Tampouco ecoaram o *Anti-Dühring* ou a tese da dialética da natureza as consistentes preocupações ecológicas de seu colega William Morris (1834-96), conhecidamente debitárias de reflexões feitas por Marx n’*O Capital* (Cf. MORRIS; BAX, [1886-8] 1994; MORRIS, [1890] 1995). Quanto ao biólogo socialista Edward Aveling (1849-98), também não há em seus trabalhos qualquer menção a uma dialética da natureza, embora ele haja, pontualmente, em certa ocasião, ilustrado com um exemplo retirado da química a “lei de Hegel” segundo a qual “a alteração quantitativa envolve mudança qualitativa”. (AVELING, 1892: XI)

Na Itália, Antonio Labriola (1843-1904) defendeu o resgate do “método genético” – ou “dialético” – “inerente a todas as coisas”, e aderiu, inclusive, à tese de que o pensamento é um “último produto” do “auto-movimento das coisas”. (LABRIOLA, [1897] 1973: sp) Em franca contraposição a Filippo Turati (1857-1932) – que, por algum tempo, defendeu frouxamente no campo teórico uma aproximação entre o marxismo e o positivismo (Cf. PICCONE, 1983: 72-3) – Labriola se indispunha em geral com a ideia de ciência, porém, e criticava abertamente a “mania” dos marxistas de “trazer para dentro do socialismo toda a ciência remanescente de que mais ou menos dispõem”. (idem, *ibidem*; Cf. JACOBY, 1981: 45) Nisso, ele se afastava, por fim, de fundamentos importantes da tese engelsiana da dialética da natureza. Seu discípulo Benedetto Croce (1866-1952) – que nas décadas seguintes se alçou a uma importante figura da intelectualidade italiana – daria uma inflexão radical ao antipositivismo do mestre (Cf. MERQUIOR, [1986] 2018: 21). No curto período em que se aproximou do marxismo, ele desenvolveria a proposta de um “historismo absoluto”, avesso a reconhecer nos processos sócio-históricos qualquer fundamentação regular ligada a fatores naturais (Cf. CROCE, [1900] 1917: 9). Mais tarde, ao aproximar-se criticamente da filosofia hegeliana, Croce chegaria a defender que a dialética é um momento do real – mas na medida em que entendia este último como sendo fundamentalmente histórico, isso não o aproximava mais da tese engelsiana da dialética da natureza. (Cf. CROCE, [1906] 1915)

Entre os franceses, figuras tão díspares quanto Paul Lafargue (1868-1911) e Jean Jaurés (1859-1914) expressariam admiração pelos produtos das ciências de seu tempo, tal como Engels, (Cf. LAFARGUE, [1884] *sd.*; JAURÉS, [1901] 2009) e reconheceriam que

tanto fatores sócio-históricos quanto fatores naturais importam na formação do que é de ordem humana – as ideias aí inclusas (Cf. LAFARGUE, [1895] 1915; [1898] 2000; JAURÉS, [1901] 2010). Apesar de tais concordâncias básicas que tinham com o esquema engelsiano, Lafargue, de sua parte, guardou distância da tese da dialética da natureza – apesar de haver sido o tradutor da primeira edição de *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, publicada em 1880; e frisou que compreendia o método marxiano como sendo fundamentalmente um método de interpretação histórica ligado à observação das transformações do mundo econômico (Cf. LAFARGUE, [1903] 1907). Jaurés, por sua vez, distanciou-se ainda mais radicalmente das propostas de Engels, criticando abertamente o “misticismo” da “dialética hegeliana de Marx”, bem como o suposto fundo economicista e mecanicista de sua concepção de história, fechada à ação da liberdade intelectual humana. (JAURÉS, [1901] 2010; [1906] sd.)

Do lado alemão, a difusa atenção de Rosa Luxemburgo à natureza não fazia qualquer aceno às teses do *Anti-Dühring* (Cf. LUXEMBURG, 1922). August Bebel (1840-1913) e Eduard Bernstein (1850-1932), de sua parte, dispensaram de maneira explícita e enfática a dialética como recurso epistemológico ou metodológico em todo tipo de pesquisa, embora estivessem de acordo com Engels, por outro lado, quanto à validade da narrativa científica a respeito da natureza. (Cf. BEBEL, [1899] 1996: 3, 7; BERNSTEIN, [1899] 1902: 11, 21-2, 26; 1900: 323)

Teve força, ainda, certa posição que, no contexto soviético e sobretudo ao longo da década de 1920, aliava a adesão expressa ao materialismo dialético como ontologia universal a uma postura que reclamava como método próprio às ciências naturais a “redução” – i.e. a explicação de fenômenos complexos em termos da interação de seus elementos constituintes. (Cf. JORAVSKY, 2009: 168-9) Na prática, isso se traduzia em uma corroboração dos procedimentos e achados científicos correntes – coisa que era, então, lida *a posteriori* à luz de uma concepção geral de dialética que, em muitos casos, podia desprezar qualquer relação com o esquema hegeliano.

Uma rejeição mais radical da tese engelsiana da dialética da natureza encontraria seus representantes mais expressivos, porém, sobretudo a partir dos anos 1920, quando começa a se formar um campo de discurso marxista alternativo, associado estreitamente às controvérsias suscitadas pela publicação de *História e consciência de classe* (1923)

por György Lukács (1885-1971) e, em seguida, pela publicação de *Marxismo e filosofia* (1923) por Karl Korsch (1886-1961).⁶

A natureza subordinada à dialética objetiva e subjetiva da sócio-história humana

O começo do que se convencionou subsumir, mais tarde, à rubrica de *marxismo ocidental*, em geral compartilhou com o que era, até então, hegemonicamente proposto no campo do marxismo-leninismo a simpatia pelo recurso à filosofia hegeliana e pelos motivos dialéticos na análise. De todo modo, as teses a respeito da relação entre dialética e natureza, bem como a compreensão do sentido dessa última noção, se fariam numa direção marcadamente divergente nesse novo contexto. No caso de Lukács e de Korsch, membros da *Terceira Internacional*, conjectura-se que essa simpatia pode ter sido diretamente influenciada por sinalizações de Lênin, que a partir do ano de 1914 retornara aos estudos da *Ciência da Lógica* (1812-6) de Hegel e frisara, em algumas passagens, a indissociabilidade entre natureza e “o espiritual” (ou “humano”) (Cf. LENIN, [1914-5] 2018: 103; ANDERSON, 1992: 83).⁷

Na mais afamada obra de juventude de Lukács encontra-se uma clara defesa de que o método da dialética, tal com o autor o entende, serve ao conhecimento adequado dos processos de ordem humana, social ou histórica. Lukács declararia na ocasião, por exemplo, que “o processo dialético deve ser visto como idêntico ao curso da história” (Lukács, [1923] 1977: 334-5) ou, de uma maneira mais nuançada, que:

A dialética não foi, então, aqui [, em meu esquema], nem importada para a história, nem interpretada à luz da história (como tão frequentemente é o caso em Hegel); antes, ela foi discernida e tornada consciente a partir da história enquanto sua forma de manifestação [Erscheinungsform] necessária em relação a esse nível determinado de desenvolvimento [i.e., em relação ao presente estado da sociedade burguesa]. (idem, *ibidem*: 362)

⁶ Houve, antes, quem fizesse a crítica do materialismo dialético de Engels em termos bastante próximos aos que se destacará a seguir - p.ex. o polonês Stanisław Brzozowski (1878-1911) (Cf. NETO, 2014: 21). A circulação de sua obra não é, no entanto, comparável em termos de expressividade com a de autores que escolhi mencionar para o contexto pós-1920.

⁷ Nos *Cadernos Filosóficos*, Lenin parece manter sua tese a respeito do caráter derivativo da consciência e do pensar, mas aponta, por outro lado, não só a “natureza”, mas também o “espiritual” (ou o “ser humano”) como origem dessa derivação, aproximando esses últimos termos e frisando sua indissociabilidade. Em seu sumário da *Ciência da lógica* lê-se, por exemplo, o seguinte comentário a um trecho de Hegel: “Inverter [o que Hegel diz]: a lógica e a teoria do conhecimento devem ser deduzidas do ‘desenvolvimento de toda a vida natural e espiritual’” (LENIN, 2018: 103, grifo meu).

Por outro lado, quanto à questão da relação possível entre dialética e natureza, seu esquema oscila entre o veto explícito de qualquer correspondência desse tipo, de um lado, e de outro, sugestões mais laterais que flexibilizam em alguma medida tal posição.

A noção de natureza é repetidamente identificada na obra em questão como uma mera “categoria social” (id., *ibid.*: 309, 410) ou um mero “reflexo e projeção teórica” do “meio social” (id., *ibid.*: 123) – ou seja, ela aparece frequentemente como algo cuja efetividade é completamente derivativa e subordinada. E não obstante o jovem Lukács atribua a essa noção um caráter eminentemente social, ele sugere ainda, por outro lado, que seu conteúdo seria especialmente avesso ao desvelamento do “cerne do ser (...) enquanto acontecimento social, (...) produto da atividade humana” (id. *ibid.*: 192), seja porque exclui de seu quadro o sujeito, seja porque se mostra como mutável apenas dentro de certas barreiras definitivas, seja porque se apresenta como passível de ser trazida adequadamente à prática por um mero indivíduo singularizado. (Cf. id., *ibid.*: 192, 396)

Tudo isso concorre para que o autor rechace, em certos momentos do texto, o recurso ao método dialético para dar conta da natureza. A seguinte passagem – uma famosa nota de rodapé da obra – ilustra bem tal posição:

*A restrição do método [dialético] à efetividade sócio-histórica é muito importante. Os problemas de entendimento caudatários da apresentação engelsiana da dialética se devem a que Engels – seguindo o exemplo errado de Hegel – estenda o método dialético também para o conhecimento da natureza. Contudo, não estão presentes no conhecimento da natureza as determinações decisivas da dialética: ação recíproca de sujeito e objeto, unidade entre teoria e prática, mudança histórica do substrato das categoriais como fundamento de sua mudança no pensamento etc. (id. *ibid.*: 175, grifo meu)*

Lukács faz na mesma obra, entretanto, não só declarações que, de maneira alternativa, indicam a vigência de um certo tipo de dialética da natureza – algo como uma dialética contemplativa, incompleta (Cf. CLARK; FOSTER; YORK, 2010) –, mas também declarações que sugerem ao menos uma *suspensão de juízo* a respeito da possibilidade de se superar, em algum momento histórico, a incompatibilidade entre a dialética propriamente dita e a natureza. Ele dirá, por exemplo:

Hegel, ele mesmo, discerne com clareza, historicamente, que a dialética da natureza, onde o sujeito, *ao menos no estágio alcançado até agora*, não pode ser incluído no processo dialético, não está em condições de ser elevada a nada além de uma dialética do movimento para o observador desprendido. (...) Daí advém a necessidade da separação

metódica entre a *dialética do movimento meramente objetiva, da natureza*, e a dialética social (LUKÁCS, 1977: 190, grifos meus)

Seja em sua posição de veto à aplicação do método dialético à natureza, seja em seus posicionamentos alternativos que se contrapõem a tal veto, Lukács reatualiza o mesmo hiato entre forma dialética de cognição, de um lado, e conteúdo dialético, de outro, que se reconheceu, antes, em Engels – se bem que o faça de uma maneira distinta, dando acento, por um lado, à correspondência entre dialética subjetiva e dialética objetiva no âmbito da sócio-história humana, e por outro, à incomunicabilidade entre dialética subjetiva e dialética objetiva no âmbito na natureza.

Mais tarde, o autor se distanciaria de boa parte de tais proposições, como se verá mais adiante nesta exposição. Seriam, no entanto, justamente elas, tais como expressas na obra de 1923, as que terminariam por encontrar maior repercussão entre seus contemporâneos e sucedâneos mais imediatos. Isso é bastante visível, a princípio, em parte da produção marxista alemã e italiana, e um pouco mais tarde, em parte da produção marxista francesa e estadunidense. (Cf. MERQUIOR, *ibid.*: 118-9; KOCH, 1997: 209)

Em trabalhos de autores como, por exemplo, Korsch, Ernst Bloch (1885-1977), Antonio Gramsci (1891-1937), Walter Benjamin (1892-1940), Max Horkheimer (1895-173), Herbert Marcuse (1898-1979) e Theodor Adorno (1903-1969), reencontra-se, de fato, linhas de argumentação mais ou menos próximas à do jovem Lukács. Esses autores dariam ênfase à correlação estreita entre dialética e história – alguns deles frisando uma identificação processual entre ambas; outros, uma identificação em função não dos processos, mas das descontinuidades. De maneira similarmente alinhada, a maioria deles aposta também, como Lukács, numa compreensão da natureza em que se pressupõe a sua relação incontornável com a sócio-história humana, sem tematizar qualquer coisa como uma anterioridade ou independência com relação a essa sócio-história.⁸

Justamente no que diz respeito ao tema da dialética da natureza, porém, uma diferença fundamental com relação àquele legado distingue todo o conjunto de autores supracitados. Nota-se, em especial, que – ao contrário do que alguns comentários

⁸ A notável exceção no que diz respeito a esse segundo ponto é Bloch, que não obstante com frequência frisasse, à maneira de seus colegas, a comunidade da natureza com a sócio-história humana (Cf. BLOCH, 1976: 236, 288, 807, 814; 1981: 138), reeditou como uma tese fundamental em seus trabalhos, por outro lado, a ideia de que a ordem natural é anterior e gerativa da ordem humana (BLOCH, 1981: 207; SCHMIED-KOWARZICK, *ibidem*: 157-8).

recentes sugerem (Cf. FOSTER, 2020: 11-22) – não reaparece em tal contexto uma rejeição muito marcada à ideia de uma dialética da natureza. Por um lado, é comum entre parte desses autores uma relativa indiferença ao assunto, e por outro, a maioria deles trata do tema apenas de acordo com contornos peculiares e bastante distintos daqueles em que Engels o pensou.

Benjamin, por exemplo, não põe a questão para si de maneira explícita em sua obra. Tampouco Korsch e Gramsci dedicam atenção especial ao assunto, embora, por outro lado, mencionem pontualmente não se opor de maneira decisiva à ideia de uma dialética da natureza em função da impossibilidade de se apartar a natureza das ordens humana, consciente e histórica.⁹

Em textos de outros autores, porém, o tema ganha maior vulto – se bem que numa acepção muito particular. Nos trabalhos de Adorno, por exemplo, é relevante a proposta de se explorar a correlação dialética que haveria entre a “natureza” e a “história” – com isso, no entanto, ele se refere, em textos iniciais, especificamente à relação da “natureza” e da “história” *enquanto conceitos* ou, em seus textos mais maduros, à relação constitutiva que haveria entre o que, na realidade, é de ordem conceitual e o que é de ordem não-conceitual. (Cf. Adorno, [1932] 1990; 1966, p. 23-4; Adorno; Horkheimer, [1947] 1985; Buck-Mors, 1997, p. 54-6, 187). Na produção intelectual de Marcuse, por sua vez, a tese de que há uma identidade objetiva e subjetiva entre dialética e natureza ocupa posição de relevo. Tal identidade, no entanto, é entendida especificamente como um produto pernicioso e superável de nossa forma sócio-histórica particular. O movimento da “realidade”, segundo ele, seria dialético apenas “na medida em que ainda não é dirigido pela atividade autoconsciente de indivíduos livremente associados”. (MARCUSE, [1941] 1955: 316; Cf. BURNS; FRASER, 2000: 12).

⁹ Para Korsch, é tão pouco problemático falar em uma dialética da natureza, quanto o é em falar em uma dialética da história. O que o preocupa é tão somente a transferência unilateral da dialética para dentro da natureza ou da história como objetos, ignorando, assim, a relação de mediação específica que há entre, de um lado, a totalidade do ser histórico (inclusa, aí, a natureza) e, de outro, todas as formas predominantes da consciência (Cf. KORSCH, 2008: 132-3). No caso de Gramsci, em nota aos Cadernos de Cárcere, ele trata explicitamente da questão da relação entre natureza e dialética, e é patente, nesse caso também, a centralidade da história humana em sua equação: “Parece que Lukács afirma que só se pode falar de dialética para a história dos homens [uomini] e não para a natureza. Pode estar errado e pode ter razão. Se sua afirmação pressupõe um dualismo entre a natureza e o homem, está errado, já que cai numa concepção da natureza própria da religião e da filosofia greco-cristã, bem como do idealismo, que não consegue unificar e relacionar o homem e a natureza mais do que verbalmente. Mas, se a história humana deve também ser concebida como história da natureza (também através da história da ciência), então como a dialética pode ser separada da natureza? Talvez Lukács, reagindo às teorias barrocas do Ensaio popular, tenha caído no erro oposto, numa espécie de idealismo.” (GRAMSCI, 1999: 167)

É notável que se desenha, portanto, nesse cenário, uma tendência a se compreender a relação entre natureza e dialética enquanto uma relação submetida a um polo propriamente humano, social, histórico – e, no limite, conceitual, analítico – que é dominante. Num espectro menos radical, pode-se tomar como exemplo de um posicionamento influenciado por essa linha interpretativa o de Jean-Paul Sartre (1905-1980). Ao mesmo tempo em que o autor criticou veementemente a ideia de uma dialética da natureza em moldes engelsianos, ele acenou para a possibilidade histórica de vigência de uma relação entre dialética e natureza especificamente no sentido mais geral de uma *dialética entre humano e natureza* (Cf. SARTRE, [1960] 1978: 125, 130; [1960] 1985: 426).

Dá-se, com isso, ocasião também à formulação de abordagens de um espectro mais extremo, em que a natureza vale sobretudo como uma *categoria de sentido derivativo e subordinado* ao de outras noções. É o que se depreende, por exemplo, indiretamente do esquema proposto por Louis Althusser (1918-1990) nos anos 1960.¹⁰ E, similarmente, é o caso do que Alfred Schmidt (1931-2012) defende de maneira mais explícita e direta em sua famosa tese sobre o conceito de natureza na obra de Marx, publicada em 1962.¹¹

¹⁰ Althusser sustentou de maneira enfática que, por um lado, qualquer enunciado teórico só tem existência por meio dos conteúdos concretos e das práticas que permite pensar (Cf. ALTHUSSER, [1965] 2005: 224) e, por outro, que se deve pensar os conceitos a partir de sua função no sistema teórico do qual fazem parte (Cf. idem, ibidem: 31-2). É em função dessa combinação de teses que ele propôs subordinar o sentido das noções de natureza, homem (homme) e história em Marx aos de outros conceitos, tais como os de modo de produção, formação social e determinação em última instância pela economia. (Cf. ALTHUSSER et alli., [1965] 1973: 150, 184; [1965] 1968: 44, 47-8, 233). Esse é um dos fatores que explicam, talvez, porque a noção de natureza não é teorizada de maneira explícita em suas obras. Não obstante esse silêncio relativo a respeito da noção de natureza, não se pode ignorar que Althusser deu, por outro lado, algumas poucas indicações de que se opunha ao modo como Engels propôs uma dialética da natureza (Cf. ALTHUSSER, ibid.: 121-2) ou que ele sugeriu que seu próprio enunciado a respeito da dialética pudesse e devesse ser posto “à prova da prática teórica das ciências da natureza” (id., ibid.: 224), se se quisesse lhe dar um alcance mais geral.

¹¹ Orientado por Adorno, Schmidt argumenta em sua tese de doutoramento que, no contexto da obra de Marx, a natureza conta como a categoria representante ora do imediato, ora do momento, ora da totalidade da práxis humana; e que, enquanto tal, ela só assume sentido e só existe dentro de sua mediação e de sua variação sócio-históricas, embora guarde prioridade genética sobre tudo o mais. (Cf. SCHMIDT, 1993: 8, 19, 21, 74-92) Schmidt chegaria a sugerir, na esteira disso, que “para Marx, não há nenhuma separação propriamente dita entre natureza e sociedade, e portanto nenhuma diferença metodológica fundamental entre as ciências da natureza e as ciências da história”. (idem, ibidem: 43) A relação entre dialética e natureza aparece, no texto, exclusivamente nos termos de uma relação da ordem da forma de apresentação do esquema em que a noção de natureza está inserida (id., ibid.: 47-8). Mais tarde, o próprio autor indicaria que, naquela ocasião, tendera – de uma maneira que então já não lhe parecia bem equilibrada – a retirar o foco do “peso coisal” na correlação entre natureza e sociedade, e a frisar, em vez disso, sobretudo o caráter sócio-historicamente produzido do “mundo sensível”. (id, ibid.: X)

De maneira relativamente simultânea à configuração dessa tendência, desenha-se também nesse contexto, porém, uma segunda linha de interpretação da natureza, que a toma por algo que tem um sentido próprio e que é altamente produtivo. A princípio, esta segunda linha parece diretamente oposta à primeira, mas, em verdade, ambas são perfeitamente compatíveis, e convergem no reforço à tendência contemporânea de se entender a relação entre dialética e natureza principalmente em termos de uma *dialética entre natureza e sócio-história humana*.

A potência dialética da natureza volta à cena

É bem conhecido que Adorno, Marcuse e Horkheimer, por exemplo, tiveram como *topoi* recorrentes em suas obras tanto a denúncia da moderna despotencialização da natureza extra- e intra-humana (em termos práticos, bem como em termos ideacionais), quanto a proposta de reversão de tal situação (Cf. ANDERSON, 1979: 81-2). Nesse programa está pressuposta, evidentemente, a atribuição à natureza de um sentido fundamentalmente produtivo – algo que, no contexto do marxismo, é pioneiramente explorado por Benjamin, por Bloch e pelo Lukács maduro.

Benjamin, ao longo de toda sua vida produtiva – e mesmo em textos bastante precoces que datam de antes de 1920 – aludiu a uma dimensão criadora e plena de sentido da natureza que, infelizmente, estaria sendo perdida historicamente com a ascensão de atitudes tecnocráticas e dominatórias. (Cf. BENJAMIN, [1916] 1991a: 140-1, 150, 157; [1928] 2016: sp; 1991b: 605). A título de exemplo, pode-se referir à menção que Benjamin faz, em um de seus textos tardios, à popularização de uma concepção do “trabalho” segundo a qual este “se resume à exploração da natureza”, em lugar de ser algo capaz de “solta[r] as rédeas das criações que dormem em seu seio”. (id., [1940] 1991c: 699).

Bloch, de sua parte, embora acreditasse na possibilidade de uma mobilização positiva e mesmo revolucionária da tecnologia e das ciências, também denunciou bem cedo os agenciamentos modernos desses elementos, apontando-os como vetores da dominação e da transformação da natureza em algo “sem alma”, meramente mecânico e quantitativo. (Cf. Bloch, [1910-29] 1985: 68; [1918] 1971: 69; [1938-47, 1953-9] 1976: 236, 286, 779-89, 804) Essa tendência histórica desastrosa se punha em confronto direto

com o que Bloch entendia como sendo a “imanência de núcleo e de agência da correlação natural” (idem, 1976: 789) – i. e., com a produtividade própria à natureza.

Tal produtividade seria caudatária, ao ver do autor, em parte da co-formação recíproca da natureza e da a sócio-história humana – ou, como ele diria alternativamente, da “troca” (id., ibid.: 1574), da “mediação dialética” (id., ibid.: 1384) ou do “metabolismo” entre humano e natureza (id., ibid.: 925-6). Em parte, no entanto, essa produtividade derivaria também de certa dimensão peculiar à natureza e anterior à emergência da consciência e da sócio-história humanas. (Cf. também id., 1976: 817, 324, 778; [1949] 1981: 211) No que diz respeito a esse aspecto, a produtividade da natureza corresponderia, nas palavras de Bloch, à fluidez e à abertura de uma “dialética objetivo-materialista” (id., 1981: 109), de uma “dialética da natureza” (id., 1976: 816; Cf. também Moir, 2019: 51, 69).

Ao lado da referência à dialética como relação objetiva e subjetiva entre natureza e sócio-história humana, retoma-se nesse contexto, portanto, a referência a uma dialética especificamente natural, atrelada, inclusive, ao argumento da anterioridade genética da natureza com relação ao que é de ordem propriamente humana. À diferença da maioria dos autores que vêm sendo mencionados nesta exposição, portanto, Bloch se reaproxima consideravelmente da posição de Engels – embora fosse relativamente crítico às proposições do clássico a esse respeito, julgando que eram demasiadamente (mas não inteiramente) mecanicistas e quantitativistas. (Cf. id., [1936-7, 1969-71] 1972: 362). Com isso, Bloch dá fôlego a uma tendência muito particular no seio do chamado “marxismo ocidental”.

Na obra de Henri Lefebvre (1901-1991) encontra-se nítidas ressonâncias desse segundo direcionamento dos debates pós-*História e consciência de classe*, por exemplo. À maneira de Benjamin, Lefebvre retratou a natureza como algo ativo, aberto e em perpétua transcendência. (Cf. LEFEBVRE, [1939] 2009: 103) Afora isso, ele adotou, no que tange à questão da dialética da natureza, uma posição próxima à de Bloch. Por um lado, no mais das vezes tratou a natureza como algo mediado lógica, discursiva e praticamente pelo humano (Cf. idem, ibidem: 1-4, 49, 94, 131); por outro lado, defendeu que uma “teoria do movimento dialético na natureza e na história” (id., [1947] 1969: 253) associada à tese (cientificamente estabelecida) da “anterioridade do ser em relação à consciência, (...) da natureza em relação ao espírito” (id., ibidem: 252) seria um importante “instrumento de pesquisa e de ação [política]”. (id., 2009: 97)

É preciso reconhecer, de todo modo, que já entre os anos de 1925-6 – num texto que, no entanto, só seria publicado postumamente em 1996 – Lukács exprimiu uma posição a respeito da relação entre dialética e natureza em termos parecidos ao que se aponta nessa nova linha interpretativa. Ele declararia, nessa ocasião, por exemplo, que:

Obviamente a sociedade surgiu da natureza. Obviamente a natureza e sua legalidade existiram antes da sociedade (e, portanto, antes do humano). Obviamente a dialética, enquanto princípio de desenvolvimento da sociedade, não poderia se tornar eficaz se ela já não o fosse e se já não estivesse presente objetivamente enquanto princípio de desenvolvimento da natureza antes da sociedade. Não se segue disso, porém, que o desenvolvimento social não seja uma forma de movimento nova, igualmente objetiva; que o desenvolvimento social não poderia produzir momentos dialéticos; ou que os momentos dialéticos no desenvolvimento natural puderam ser reconhecidos sem a mediação dessas novas formas dialéticas sociais. (LUKÁCS, [1925-6] 1996: 51)

A essa altura de suas elaborações, Lukács, portanto, passara a identificar de maneira explícita a dialética como o princípio do desenvolvimento tanto da sociedade humana, quanto da natureza – estas últimas entendidas como sendo âmbitos distintos, mas fundamentalmente relacionados. Por um lado, a cognoscibilidade da dialética meramente objetiva que, segundo o autor, vige na natureza, dependeria das formas especificamente sociais da dialética. Por outro, a emergência da sociedade estaria, por sua vez, geneticamente atrelada ao metabolismo entre humano e natureza (Cf. idem, [1968] 2018: 313-4) e, em última instância, à consecução dos processos da dialética natural.

A ideia de que natureza e sociedade formam uma unidade diferenciada que se desenvolve no curso da história é conservada por Lukács entre os anos 1930-60, e figura como subtexto de muitas das proposições que faz em seus projetos de releitura da filosofia hegeliana e de construção de uma estética marxista. (Cf. OLDRINI, [1997] 2002: 53, 57, 61-2, 73) Mais tarde, em *Para uma ontologia do ser social* e nos *Prolegômenos* a essa obra,¹² tal tese é explorada mais diretamente, e o autor – profundamente influenciado por uma leitura da ontologia de Nicolai Hartmann (1882-1950) (Cf. TERTULIAN, [2003] 2011: 16-17), e apoiando-se numa apropriação crítica das ciências naturais e do pensamento hegeliano-marxiano – apresenta finalmente de maneira mais sistemática como se daria o encadeamento dialético dos “diversos graus do ser” (LUKÁCS, 2018: 358) e quais os conceitos que o explicam.

¹²Trabalhos redigidos entre 1968-71, mas que, no entanto, só conheceriam publicação integral entre meados dos anos 1970-80, depois da morte do autor. (Cf. NETTO, [2012] 2018: 16-8)

Destacou-se como um dos mais importantes continuadores da posição madura de Lukács Istvan Mészáros (1930-2017). Em uma de suas obras dos anos 1970, ele declararia ser “fato auto-evidente” que a mediação (ou mais precisamente, da auto-mediação) do humano com a natureza, é condição ontologicamente necessária e *originária* com relação aos demais fatores de ordem histórica. (MÉSZÁROS, [1970] 2006: 78) Embora Mészáros fizesse, assim, eco ao mestre no que tange a valorizar a mediação natural em seu quadro explicativo, ele jamais se dedicaria à descrição de uma dialética especificamente natural tal como o Lukács maduro propusera. No máximo, ele mencionaria, por exemplo, que há, de fato, uma “dialética objetiva do histórico e [do] trans-histórico”. (id., [1995] 2002: 589)

Mészáros também repercute a tendência, reconhecida em Bloch e Benjamin, de frisar a relação entre capitalismo e redução das potências da natureza. Em um de seus textos tardios, por exemplo, ele empregaria uma mistura do vocabulário marxista com a linguagem dos movimentos ambientalista da época para denunciar que “a degradação crescente do meio ambiente” é resultado da condução da “relação metabólica” entre humano, tecnologia e natureza de acordo com uma “lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias” (id., *ibidem*: 18)

A aproximação de Mészáros, nessa ocasião, com a linguagem da militância ambientalista é sintomática de uma inflexão efetiva que receberam discussões sobre natureza mais contemporâneas. Apesar do extenso histórico que o debate feito em termos endógenos já tinha, a ressonância continuada do tema da natureza no contexto marxista esteve associada, a partir dos anos 1960, sobretudo à ascensão do moderno movimento ambientalista, bem como à radicalização anti-capitalista de parte dele nos anos 1970. (Cf. BURKETT; FOSTER, *ibid.*: 2; PELLOWS; BREHM, 2015)

Dialética objetiva entre natureza e sócio-história humana

Multiplicaram-se a partir desse momento tanto as afirmações da afinidade entre crítica marxista e questões ecológicas, (Cf. Nearing, 1962; Marcuse, (1972) 1973; Tsuru, 1976; Gorz, 1991; Mészáros, 1995), quanto as denúncias de limitações fundamentais do marxismo no que tange a isso. (Cf. Merchant, 1980; Benton, 1989; Löwy, 1997; 2011; O'Connor, 1998; Bensaïd, 2002; Tanuro, 2012) Em todo caso, ganharam espaço na

esteira da intersecção com o ambientalismo textos que tematizavam frontalmente a natureza, prescindindo da menção às controvérsias sobre a “dialética da natureza”.

Em fins da década de 1990, no entanto, passaram a ocupar uma posição-chave nesse cenário mais contemporâneo trabalhos que não só defendiam haver uma dimensão ecológica central no projeto crítico do marxismo como um todo e nos escritos originais de Marx e de Engels em particular, mas também reabilitavam a discussão sobre a relação entre dialética e natureza. Paul Burkett (1956-), John Bellamy Foster (1953-) e Kohei Saito (1987-) contam, hoje, como os maiores expoentes dessa dita “segunda fase do ecossocialismo”. (BURKETT; FOSTER, *ibid.*: 4).

Esses autores localizam nos próprios textos de Marx a tese de que haveria uma “contradição fundamental entre o metabolismo social do capital e o metabolismo universal da natureza” (*idem*; *ibid.*: 24),¹³ defendendo, inclusive, que isso não é meramente um tema lateral em sua obra, mas sim uma dimensão sistemática e essencial dela. (Cf., *id. ibid.*: 9; SAITO, 2017: 13-4). Afora apontá-lo, eles remontam às indicações do clássico a respeito da conexão entre aquela contradição e a instauração de uma irremediável “ruptura [rift] metabólica” (BURKETT; FOSTER, *ibid.*: 85) ou “ruptura ecológica” (*idem*, *ibid.*: 78) no curso histórico do capitalismo para interpretar, ao lado das ciências naturais contemporâneas, a situação ecológica do presente. (Cf. BURKETT, 2006: 23; LUEDY; VAN DER LAAN, 2020: 155) Na esteira dessas indicações, uma série de pesquisadores passaram a mobilizar essa revisão da herança teórica marxista para dar conta da atual crise planetária. Convergindo no que tange à rejeição de soluções tecnológicas, produtivistas ou reformistas alinhadas à lógica do capital, o que se convencionou chamar de “terceira fase do ecossocialismo” (BURKETT; FOSTER, *ibid.*: 10-11) adicionaria concretude ao projeto da fase precedente, conduzindo pesquisas em diferentes recortes (Cf. WISHART ET. AL., 2020).

Burkett e Foster reconhecem explicitamente que seu entendimento a respeito daquilo em que consiste a natureza é bastante próximo ao de Engels (Cf. FOSTER, 2017). De um lado, eles tomam a natureza por geneticamente anterior e logicamente independente do mundo humano – coisa que, a seu ver, seria incontornável para qualquer apropriada “concepção materialista” (BURKETT; FOSTER, *ibid.*: 79; FOSTER, 2000: 2) De outro, entendem-na, ainda, como uma “complexa *unidade na diferença*”

¹³ Marx refere-se diretamente a “uma insanável ruptura na correlação do metabolismo social prescrito pelas leis naturais da vida.” (MEGA², 2004: 788)

(BURKETT; FOSTER, *ibid.*: 64, grifos no original), dotada de “dialética imanente” (*idem*, *ibid.*: 202). Se no que tange a esses pontos, Burkett e Foster parecem alinhar-se perfeitamente a Engels, sua diferença com relação ao clássico torna-se, no entanto, manifesta caso se note que, para esses autores, a mencionada dialética corresponderia mais precisamente à “dialética entre humanos e natureza” (*id.*, *ibid.*: 85; Cf. também CLARK; FOSTER; YORK, *ibidem*). Nesse ponto, Burkett e Foster se apoiam sobretudo na herança de Meszáros e do Lukács maduro.¹⁴ Afora notá-lo, valerá mencionar também que tal “dialética entre humanos e natureza” vale, para eles, não só como algo objetivo, conforme se sugeriu, mas também como algo que pode ser desvelado subjetivamente a partir da aplicação do “método dialético” (BURKETT; FOSTER, *ibid.*: 9).

Quanto a Saito, seu alinhamento a Foster e Burkett é patente. A partir de uma pesquisa feita sobretudo em torno dos cadernos de excertos e de notas escritos por Marx a partir de 1868, ele tem defendido a ambiciosa tese de que as perturbações na “interação metabólica” (SAITO, 2016: 2) ou na “dialética” (*idem*, 2017: 97) entre humanidade e natureza contam, já no esquema daquele autor, como a “contradição fundamental dentro do capitalismo”. (*id.*, 2016: 2; Cf. *id.*, 2017: 17) Saito é explícito quanto a que, com isso, não se refere meramente a “categorias puramente formais” do sistema marxiano, mas à “*interrelação entre formas econômicas e o mundo material concreto*” – ou mesmo que se refere, mais diretamente, às “dimensões físicas e materiais da natureza” (*id.*, 2017: 15, grifos no original). Qualquer coisa como o recurso a um “método dialético” diante disso não aparece nos textos de Saito, porém, à maneira do que se vê em Foster e Burkett.

Dialética objetivo-subjetiva da natureza e da sócio-história

A partir de meados da década de 2000, o cerne do argumento desse conjunto de autores foi frontalmente criticado por Jason W. Moore (1971–), que se lançou, com isso, como o proponente de uma ecologia marxista alternativa, baseada numa ontologia relacional. (Cf. MOORE, 2014a: 16) Embora Moore não rechaçasse nem o diagnóstico

¹⁴ No que tange a esse ponto, sua posição foi fortemente influenciada também pela obra de Howard Parsons (1918-2000) – um dos primeiros autores a sugerir que há uma ecologia dialética nesse sentido em Marx (PARSONS, 1977: xi-xii, 3-4) –, e por trabalhos de biólogos como Richard Levins (1930-2016), Richard Lewontin (1929-) e Stephen Jay Gould (1941-2002), que sustentaram, por exemplo, que “a contradição não é só epistêmica ou política, mas ontológica no sentido mais alargado (...), [porque c]ontradições entre forças estão em todo lugar na natureza, não apenas em instituições sociais humanas.” (LEVINS; LEWONTIN, 1985: 279)

da vigência de uma “ruptura metabólica” associada à divisão de trabalho local e global entre campo e cidade, (Cf. idem, 2017), nem o diagnóstico de que, para entender a dinâmica ambiental capitalista, é fundamental reconhecer a “unidade diferenciada e dialética” (id., 2010: 389) em que natureza e sociedade estão postas, ele daria um sentido bastante distinto a essas indicações. Seu principal interesse tem estado em advogar que é inadequado referir-se à natureza como algo “externo” ao capital, pois o capitalismo não *teria* uma ecologia – no sentido de ser um fator eminentemente social que interage com um fator biofísico separado –, mas sim *seria* uma ecologia. (id., 2011: 2)

Baseando-se em pesquisas históricas de fôlego que cobrem desde o séc. XV até a contemporaneidade, ele tem argumentado que a “acumulação sem fim” de capital necessária e incessantemente *produz a sociedade e a natureza* enquanto instâncias materiais e simbólicas fixas – e isso, tanto num sentido que permite a continuidade da valorização do capital, quanto num sentido que lhe impõe obstáculos. (Cf. id., 2014b: 247-73) Numa formulação mais precisa e completa, sua tese é a de que a acumulação de capital acontece, por um lado, através da *internalização* simbólica e material constante da natureza enquanto força de trabalho humano e de sua classificação como “social”, e por outro, através da *externalização* simbólica e material constante da natureza (humana e não-humana) como “dom gratuito”, a ser posteriormente apropriado. (id., 2014b: 249, 251, 258-63; 2017: 11, 19; 2018: 242)

Moore frequentemente mencionaria em seus trabalhos as consequências de fatores como, por exemplo, o desenvolvimento da cartografia, da botânica, da mecanização, da divisão social do trabalho etc. para a conformação histórica de uma certa sociedade e de uma certa natureza (humana e não-humana) disponível ao circuito do capital (id., 2018: 237, 243, 253) Ele se esforça por enfatizar que não se trata de sugerir, com isso, porém, que a natureza é completa e perfeitamente subsumida e subordinada à história. Ele diria expressamente, em certas ocasiões, que “há uma ‘natureza’ que existe independentemente do que se pensa dela”, embora, por outro lado, frise também que, diante disso, “permanece o fato de que nosso melhor guia para a relação entre o significante (natureza) e o significado (o biofísico, o geológico etc.) é a teoria historicamente fundamentada.” (id., 2011: 22)

Sem negar e, por outro lado, sem tampouco ter a necessidade de se referir a uma realidade natural absoluta, dissociada na história e da humanidade, Moore acredita estar reabilitando a ideia marxiana original de ruptura metabólica de maneira mais fiel do que

Foster, Burkett e seus continuadores. Atrelando, afora isso, a configuração da natureza e da sociedade mais intimamente à lógica do capital, ele crê que seu modelo tem a vantagem de não só explicar a relação entre capitalismo, “degradação ambiental *em geral*” e “ultrapassagem de limites naturais *absolutos*” – como faria, a seu ver, a “escola da ruptura metabólica” –, mas também as crises ecológicas e dos limites naturais que confrontam a continuidade da valorização do capital enquanto obstáculos *sócio-histórica e geograficamente diferenciados e variáveis* (Cf. id., *ibidem*: 3, 8). Afora mencioná-lo, valerá indicar, ainda, que para Moore é especificamente o recurso ao verdadeiro “método dialético” o que permitiria jogar luz sobre o verdadeiro caráter processual e relacional da presente conformação da “natureza” e da “sociedade”.

Conclusão

No debate recente travado pela ecologia marxista, percebe-se uma tendência a se reafirmar o tradicional hiato entre objeto dialético e cognição dialética que reconhecido nos esquemas de Engels e do jovem Lukács. Os três autores associados à “escola da ruptura metabólica” recaem nisso ao sugerir que a dialética objetiva entre a sociedade e a natureza é o solo pré-existente sobre o qual repousa a dialética subjetiva da cognição. Moore, singularmente, se destaca deles nesse quesito, pois mobiliza a referência dual à dialética como objeto e como forma/método da cognição sem advogar, porém, que se aponte nisso um polo originário.

Nenhum desses quatro representantes da ecologia marxista mais recente, porém, foge à circunscrição da dialética ao binômio “forma ou método de cognição”/“objeto possível ou efetivamente conhecido”. Embora tal delineamento da questão seja fecundo – como prova a extensa e complexa trajetória da discussão feita nesses termos –, não é despropositado levantar, diante disso, a hipótese de que a subversão de tal enquadramento interpretativo possa ser útil ao debate.

Não seria uma novidade abrir mão de pensar a natureza em termos de sua relação com a dialética – isso já é algo feito amiúde dentro e fora do contexto do marxismo ecológico. Pensar, porém, a natureza a partir de um entendimento alternativo de dialética, mantendo a discussão, assim, enraizada em um aspecto que é definidor dessa linha do pensamento social moderno e contemporâneo, pode ser uma via de apresentar-lhe diferenças produtivas.

A partir dos anos 1960-1970, explorou-se, no contexto da *Neue Marx-Lektüre*, a possibilidade de se interpretar a “dialética” na obra de Marx menos em termos de um elemento da descrição substancialista do objeto ou do processo do conhecimento, mais em termos de um *dispositivo de exposição do que foi conhecido*. (Cf. FULDA, [1974] 2017; THEUNISSEN, 1975; BACKHAUS, [1978] 1997; HEINRICH, [1991] 1999; REICHELT, 2001; ELBE, 2012) Trata-se de um entendimento de dialética pouco explorado pela ecologia marxista no presente, embora no percurso dos debates sobre dialética da natureza haja sinalizações que oferecem apoio uma reflexão nesse sentido.

Especificamente, encontra-se já em 1962, na pioneira tese de Alfred Schmidt sobre o conceito de natureza na obra de Marx, apontamentos sobre o caráter negativo e relacional da noção de natureza em Marx, bem como sobre a ausência de um “fundamental absoluto” no esquema desse autor (Cf. SCHMIDT, *ibidem*: 21, 27-8). Essas indicações, creio, podem servir de subsídio a uma ecologia marxista compatível com a renitente sensibilidade histórica de Marx. Entendendo a noção de “natureza”, por exemplo, como um *dispositivo dialético de exposição*, que vale simplesmente pelo negativo daquilo a que está relacionada numa dada análise, pode-se formular uma crítica ecológica que prescinde da referência a uma verdade trans-histórica e definitiva da “natureza”.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor. (1966), *Negative Dialektik*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
_____. (1990), “Die Idee der Naturgeschichte”. In: *Gesammelte Schriften*. v.1, Frankfurt am Main: Suhrkamp. (Trabalho original de 1932)
- ADORNO, Theodor.; HORKHEIMER, Max. (1985), *Dialética do Esclarecimento - fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original de 1947)
- ALTHUSSER, Louis. (2005), *Pour Marx. Avant-propos de Étienne Balibar*. Paris: La Decouvert. (Trabalho original de 1965)
- ALTHUSSER, Louis ; BALIBAR, Étienne; RANCIÈRE, Jacques; MACHEREY, Pierre. (1973), *Lire le Capital I*. Paris: François Maspero. (Trabalho original de 1965)
_____. (1968), *Lire le Capital II*. Paris: François Maspero. (Trabalho original de 1965)
- AMARAL, Ana Carolina. (2021) “Crise Climática já agrava secas, tempestades e temperaturas extremas e é irreversível, diz painel do clima.” *Folha de S. Paulo*. 9 ago. Disponível em: <https://folha.com/zg5unthd> Acesso 8 set 2021.

ANDERSON, Kevin. (1992), “Lenin, Hegel and Western Marxism: From the 1920s to 1953”, *Studies in Soviet Thought*, 44 (2), sep., pp. 79-129

ANDERSON, Perry. (1979), *Considerations on Western Marxism*. London/NewYork: Verso. (Trabalho original de 1979)

AVELING, Edward B. (1892) *The Student's Marx: an introduction to the study of Karl Marx's Capital*. London: Swan Sonnenschein. Disponível em: <https://archive.org/details/cu31924096224906/mode/2up> Acesso 21 fev. 2020.

BACKHAUS, Hans-Georg. (1997), “Materialien zur Rekonstruktion der Marxschen Wert-theorie, Teil IV.” In: *Dialektik der Wertform. Untersuchungen zur Marxschen Ökonomiekritik*. Freiburg: Ça ira Verlag. (Trabalho original de 1978)

BAX, Ernest B. (1891), “The Practical Significance of Philosophy”. In: *Outlooks from the New Standpoint*. London: Swan Sonnenschein & Co., pp. 179-198. (Trabalho original de 1890) Disponível em: <https://archive.org/details/cu31924002264889/page/n5> Acesso 19 dez. 2019.

_____. (1890), *The Religion of Socialism*. London: Swan Sonnenschein & Co. (Trabalho original de 1886)

BBAW. (2021), *Marx-Engels-Gesamtausgabe. Vierte Abteilung: Exzerpte, Notizen und Marginalien*. Disponível em: http://mega.bbaw.de/struktur/abteilung_iv. Acesso 30 ago. 2021

BEBEL, August. (1996), “Die Darwinsche Theorie und der Sozialismus: Artikel in der ‘Neuen Zeit’”. In: INTERNATIONALES INSTITUT FÜR SOZIALGESCHICHTE, (Ed.), *Ausgewählte Reden und Schriften*, v. 10, München: K. G. Saur, pp.721-8. (Trabalho original de 1899)

BENJAMIN, Walter. (1991a), “Über sprache überhaupt und über die sprache des menschen”. In: *Gesammelte Schriften*, v. 2, p. 1. Frankfurt am Main: Suhrkamp, pp.140-157. (Trabalho original de 1916)

_____. (1991b), “Das Passagen Werk”. In: *Gesammelte Schriften*, v. 5, p. 1. Frankfurt am Main: Suhrkamp. (Trabalho original de 1927-40)

_____. (1991c), “Über den Begriff der Geschichte”. In: *Gesammelte Schriften*, v. 1, p. 2. Frankfurt am Main: Suhrkamp, pp.691-705. (Trabalho original de 1940)

_____. (2016) *One-way Street*. Cambridge/London: The Belknap Press of Harvard University Press. (Trabalho original de 1928)

BENSAÏD, Daniel. (2002), *Marx For Our Times*. London: Verso.

BENTON, Ted. (1989), “Marxism and Natural Limits”. *New Left Review*, 178, pp. 51–86.

BERNSTEIN, Eduard. (1902), *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie*. Stuttgart: Dietz Nachf. (Trabalho original de 1899) Disponível em:

<https://archive.org/details/dievoraussetzung00bern/page/n7> Acesso: 19 nov. 2018.

_____. (1900), "Naturprincipien und Wirtschaftsfragen: ein methodologischer Excurs." *Sozialistische Monatshefte*, 6, pp. 318-29. Disponível em: http://library.fes.de/cgibin/digisomo.pl?id=04155&dok=1900/1900_06&f=1900_0318&l=1900_0329 Acesso: 19.11.18

BLOCH, Ernst. (1971), *Geist der Utopie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp. (Trabalho original de 1918)

_____. (1972), *Das Materialismus-problem, seine Geschichte und Substanz*. Frankfurt am Main: Suhrkamp. (Trabalho original de 1936-7, 1969-71)

_____. (1976), *Das Prinzip Hoffnung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp. (Trabalho original de 1938-47, 1953-9)

_____. (1981), *Subjekt-Objekt. Erläuterung zu Hegel*. Frankfurt am Main: Suhrkamp. (Trabalho original de 1949)

_____. (1985), *Spuren*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft. (Trabalho original de 1910-29)

BUCK-MORS, Susan. (1977), *The Origin of Negative Dialectics: Theodor W. Adorno, Walter Benjamin, and the Frankfurt Institute*. New York/ London: The Free Press.

BUKHARIN, Nikolai (1925), *Historical materialism*. United States of America: International Publishers, Union Labor. (Trabalho original de 1921)

BURKETT, Paul. (2006), "Two Stages of Ecosocialism?" *International Journal of Political Economy*, 35, pp. 3, 23-45

BURKETT, Paul; FOSTER, John Bellamy (2016), *Marx and the Earth: an Anti-Critique*. Leiden\Boston: Brill

BURNS, Tony; FRASER, Ian. (2000), "Introduction: an historical survey of the Hegel-Marx connection". In: *The Hegel-Marx Connection*. London: Macmillan, pp.1-33.

CLARK, Brett; FOSTER, John Bellamy; YORK, Richard (2010), *The Ecological Rift: Capitalism's War on Earth*. New York: Monthly Review Press

CROCE, Benedetto. (1915), *What is living and what is dead of Philosophy of Hegel*. London: MacMillan & Co. (Trabalho original de 1906)

_____. (1917), *Historical Materialism and the Economics of Karl Marx*. London: George Allen & Unwin. (Trabalho original de 1900)

ELBE, Ingo. (2012), "Neue Marx Lektüre". *Information Philosophie*, 2, pp. 26-35. Disponível em: <http://www.information-philosophie.de/?a=1&t=6556&n=2&y=4&c=100&o=5> Acesso 25 jun. 2018.

ENGELS, Friedrich. (1975a), "Herrn Eugen Dühring's Umwälzung der Wissenschaft" In: INSTITUT DER MARXISMUS-LENINISMUS BEIM ZD DER SED. (Ed.), *Karl Marx Friedrich Engels Werke*. v. 20, Berlin: Dietz, pp.16-303. (Trabalho original de 1877-8)

_____. (1975b), "Vorworte zu den drei Auflage". In: INSTITUT DER MARXISMUS-

LENINISMUS BEIM ZD DER SED. (Ed.), *Karl Marx Friedrich Engels Werke*. v. 20, Berlin: Dietz, pp. 5-15. (Trabalho original de 1885)

_____. (2020), *Dialética da natureza*. São Paulo: Boitempo, 2020. (Trabalho original de 1873-86)

FELLET, João. (2021), “Mudanças climáticas: os preocupantes sinais que unem frio recorde no Brasil a enchentes e calor pelo mundo.” *Folha de S. Paulo*. 21 de jul.

Disponível em: <https://folha.com/9tz1o8h7> Acesso: 8 set 2021.

FOSTER, John Bellamy. (2000), *Marx's Ecology: Materialism and Nature*. New York: Monthly Review Press.

_____. (2017), “The Return to Engels”. *Monthly Review*, 68 (10), pp.1-7

_____. (2020), *The return of nature. Socialism and ecology*. New York: Monthly Review Press.

FULDA, Hans Friedrich. (2017), “Tese para a dialética como método de exposição (no “Capital” de Marx)”. *Crítica Marxista*, n.45, p.109-116. (Trabalho original de 1974)

GORZ, André. (1991), *Capitalisme, Socialisme, Écologie*. Paris: Galilée.

GRAMSCI, Antonio. (1999), *Cadernos do Cárcere, v.1: Introdução ao estudo da filosofia, A filosofia de Benedetto Croce*. Tradução, Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Trabalho original de 1929-35).

HAUPT, Georges. (1979). “Marx e o marxismo”. In: HOBBSAWM, Eric. (Org.). *História do Marxismo I. O marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HEINRICH, Michael. (1999), *Die Wissenschaft vom Wert. Die Marxsche Kritik der Politische Ökonomie zwischen wissenschaftlicher Revolution und klassischer Tradition*. Münster: Dampfboot Verlag. (Trabalho original de 1991)

IPCC. (2018), “Summary for Policymakers”. In: *Global Warming of 1.5°C. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty*. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/05/SR15_SPM_version_report_LR.pdf Acesso 8 set. 2021

_____. (2021), “Summary for Policymakers.” In: *Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge: Cambridge University Press. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_Full_Report.pdf Acesso 8 set. 2021

JACOBY, Russel. (1981), *Dialectic of Defeat: Contours of Western Marxism*. Cambridge/London/New York/New Rochelle/Melbourne/Sidney: Cambridge University Press.

JAURÉS, Jean. (2009), “The Causes of the Revolution: the Philosophical Spirit”. In: *Socialist History of the French Revolution*. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/jaures/1901/history/causes-revolution.htm> Acesso: 17 set. 2021 (Trabalho original de 1901)

_____. (2010), “Introduction”. In: *Socialist History of the French Revolution*. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/jaures/1901/history/introduction.htm> Acesso: 17 set. 2021 (Trabalho original de 1901)

_____. (sd.), “The Problem of the Socialist Method”. In: *Studies in Socialism*. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/jaures/1906/studies-socialism/ch05.htm> Acesso: 17 set. 2021 (Trabalho original de 1906)

JORAVSKY, David. (2009), *Soviet Marxism and Natural Science, 1917-1932*. London: Routledge. (Trabalho original de 1961)

KANGAL, Kaan. (2019), “Engels’ Intentions in Dialectics of Nature.” *Science & Society*, v. 83, n. 2, abril, pp 215–243

_____. (2020), *Friedrich Engels and the Dialectics of Nature*. Cham: Palgrave Macmillan.

KAUTSKY, Karl. (1927), *Die materialistische Geschichtsauffassung, v. 1: Natur und Gesellschaft*. Berlin: Dietz Nachf.

KOCH, Martin. (1997), “Marx und die Naturwissenschaften. Ein Literaturbericht über dies marxistische Diskussion.” In: *Karl Marx – Zwischen Philosophie und Naturwissenschaften*. Frankfurt am Main: Peter Lang, pp. 205-220.

KORSCH, Karl. (2008), “The Present State of the Problem of ‘Marxism and Philosophy’ - an Anti-critique”. In: *Marxism and Philosophy*. New York: Monthly Review, pp. 98-144. (Trabalho original de 1930)

KOVEL, Joel. (2002), *The enemy of nature. The end of capitalism or the end of the world?* London/New York: Zed; Halifax/Winnipeg: Fernwood.

LABRIOLA, Antonio. (1973), “Discorrendo di socialismo e di filosofia”. In: *Scritti filosofici e politici*. Editor, Franco Barbieri. Torino: Einaudi, sp. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/lb000829.pdf> Acesso 3 dez. 2019

LAFARGUE, Paul. (1907), “The historical method of Karl Marx”. *Lafargue Internet Archive*. (Trabalho original de 1903) Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lafargue/1903/xx/histmeth.htm> Acesso 17 set. 2021.

_____. (1915), “Idealism and materialism in the conception of history”. *Socialist Standard*, mai. (Trabalho original de 1895) Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lafargue/1895/xx/idealism.htm#n1> Acesso 17 set. 2021.

_____. (2000), “The Origin of Abstract Ideas Inquiries Into the Origin of the Idea of Justice and the idea of Goodness”. *Lafargue Internet Archive*. (Trabalho original de 1898) Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lafargue/1898/xx/abstract.htm> Acesso 17 set. 2021.

_____. (sd.), “A few words with Mr. Herbert Spencer”. *Lafargue Internet Archive* (Trabalho original de 1884) Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lafargue/index.htm> Acesso 17 set. 2021.

LEFEBVRE, Henri. (1969), *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Trabalho original de 1947)

_____. (2009), *Dialectical materialism*. Minneapolis: First University of Minnesota Press. (Trabalho original de 1939)

LENIN, Vladimir I. (1962), “Materialism and empiriocriticism.” In: *Collected Works*, v. 14, pp. 17-388. Moscow: Progress Publishers. (Trabalho original de 1908)

_____. (1976), “On the question of dialectics.” In: *Collected Works*, v.38, pp. 353-363. Moscow: Progress Publishers. (Trabalho original de 1925)

_____. (2018), *Cadernos filosóficos: Hegel*. São Paulo: Boitempo. (Trabalho original de 1914-5)

LÖWY, Michael. (1997), “Por um marxismo crítico”. *Lutas Sociais*, 3, pp. 21-30. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v3_artigo_michael.pdf Acesso 29 jan. 2019

_____. (2011), *Écosocialisme. L'alternative radicale à la catastrophe écologique capitaliste*. Paris:

Fayard/Mille et une nuits.

LUEDY, Laura; VAN DER LAAN, Murillo. (2020), “Dualismo cartesiano apocalíptico ou monismo social anti-ecológico? As disputas entre a escola da ruptura metabólica e a ecologia-mundo.” *Crítica Marxista*, 50, pp. 151-170.

LUKÁCS, György. (1977), “Geschichte und Klassenbewusstsein”. In: *Georg Lukács Werke*. v. 2. Darmstadt/Neuwied: Luchterhand, pp. 161-518 (Trabalho original de 1923)

_____. (1996), *Chvostismus und Dialektik*. Áron: Budapest. (Trabalho original de 1925-6)

_____. (2018), *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo. (Trabalho original de 1968)

LUXEMBUG, Rosa. (1922), *Briefe aus Gefängnis*. Berlin: Jugendinternationale.

MALM, Andreas. (2016), *Fossil Capital: The Rise of Steam Power and the Roots of Global Warming*. London; New York: Verso.

MAO, Tse-Tung. (1965), *Selected Works of Mao Tse-tung, vol. I*. Oxford, New York, Toronto, Sydney, Paris, Frankfurt: Pergamon Press.

MARCUSE, Herbert. (1955), *Reason and revolution: Hegel and the rise of social theory*. London: Routledge and Kegan Paul Ltd. (Trabalho original de 1941)

_____. (1973), *Contra-revolução e revolta*. Rio de Janeiro: Zahar Editora. (Trabalho original de 1972)

MERCHANT, Carolyn. (1980), *The Death of Nature*. New York: Harper and Row.

MERQUIOR, José Guilherme. (2018), *O marxismo ocidental*. São Paulo: É Realizações. (Trabalho original de 1986)

MÉSZÁROS, István. (2002), *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo. (Trabalho original de 1995)

_____. (2006), *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo. (Trabalho original de 1970)

MOIR, Cat. (2019), *Ernst Bloch's speculative materialism : ontology, epistemology, politics*. Leiden/Boston: Brill.

MOORE, Jason W. (2010), "The end of the road? Agricultural revolutions in the capitalist world-ecology, 1450-10)", *Journal of Agrarian Change*, v. 10, n.3, pp. 389-413.

_____. (2011), "Transcending the metabolic rift: a theory of crisis in the capitalist world ecology". *The Journal of Peasant Studies*, v. 38, n.1, pp.1-46

_____. (2014a), "Toward a singular metabolism: epistemic rifts and environment making in the capitalist world-ecology." *New Geographies*, 06 (Grounding Metabolism), pp.10-9.

_____. (2014b), "The value of everything? Work, capital, and historical nature in the capitalist world-ecology. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 37, n.3-4, World-ecological imaginations, pp. 245-92.

_____. (2017), "Metabolic rift or metabolic shift? Dialectics, nature and the world-historical method", *Theory and Society*, 46, pp.285-318.

_____. (2018), The Capitalocene, Part II: Accumulation by Appropriation and the Centrality of Unpaid Work/Energy. *The Journal of Peasant Studies*, v. 45, n.2, pp. 237-279.

MORRIS, William. (1995), *News from Nowhere*. Cambridge: Cambridge University Press. (Trabalho original de 1890)

MORRIS, William; BAX, Ernest B. (1994), "Socialism From the Root Up". In: SALMON, Nicholas (Ed.), *Political writings: contributions to Justice and Commonwealth, 1883-1890*. Bristol: Thoemmes, 1994, pp.497-622. (Trabalho original de 1886-8)

MUSSE, Ricardo. (2020), "Apresentação". In: Engels, Friedrich. *Dialética da natureza*. São Paulo: Boitempo, 2020, pp. 15-24.

NETO, Pedro L. C. (2014), "Crítica ao conceito de marxismo ocidental". *Crítica marxista*, 38, pp. 9-28.

NETTO, José Paulo. (2018) "Apresentação". In: LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo. (Trabalho original de 2012)

O'CONNOR, James. (1998), *Natural Causes: Essays in Ecological Marxism*. New York: Guilford.

OLDRINI, Guido. (2002), "Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács". In: PINASSI, Maria Orlanda; LESSA, Sérgio. *Lukács e a atualidade do marxismo*. São

Paulo: Boitempo. (Trabalho original de 1997)

PARSONS, Howard. (Ed.) (1977), *Marx and Engels on Ecology*. Westport: Greenwood.

PELLOWS, David; BREHM, Hollie Nyseth. (2015), "From the new ecological paradigm to total liberation: the emergence of a social movement frame". *Sociological Quarterly*, 56, Omaha, pp.185-212.

PICCONI, Paul. (1983), *Italian Marxism*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.

PLEKHANOV, Georgi. (1929), *Fundamental Problems of Marxism*. London: Dorrit Press/Martin Lawrence. Disponível em: <https://archive.org/stream/in.ernet.dli.2015.217811/2015.217811.Fundamental-Problems#page/n5/mode/2up> Acesso: 07 jul. 2018.

REICHEL, Helmut. (2001), *Zur logischen Struktur des Kapitalbegriffs bei Karl Marx*. Freiburg: ça ira.

SAITO, Kohei. (2014), "The Emergence of Marx's Critique of Modern Agriculture: Ecological Insights from His Excerpt Notebooks". *Monthly Review*, 66 (5), pp. 25–46.

_____. (2016), "Marx's Ecological Notebooks". *Monthly Review*, 67 (9), pp. 25-42

_____. (2017), *Karl Marx's Ecosocialism. Capitalism, Nature, and the Unfinished Critique of Political Economy*. New York: Monthly Review Press.

SARTRE, Jean-Paul. (1978), *Critique de la raison dialectique (précédé de Question de Méthode), v. 1, Théorie des ensembles pratiques*. Paris: Gallimard. (Trabalho original de 1960)

_____. (1985), *Critique de la raison dialectique, v. 2, L'intelligibilité de l'histoire*. Paris: Gallimard. (Trabalho original de 1960)

SCHMIDT, Alfred. (1993), *Der Begriff der Natur in der Lehre von Marx*. Hamburg: Europäische Verlagsanstalt. (Trabalho original de 1962)

SCHMIED-KOWARZIK, Wolf Dietrich. (2018), *Das dialektische Verhältnis des Menschen zur Natur*. Freiburg/München: Karl Alber/Herder. (Trabalho original de 1984)

TANURO, Daniel. (2012), *L'impossible capitalisme vert*. Paris: La Découverte/Poche.

TERTULIAN, Nicolas. (2011), "Nicolai Hartmann e Georg Lukács: uma aliança fecunda. Parte I". *Crítica Marxista*, 32, pp. 9-32.

THEUNISSEN, Michael. (1975), „Krise der Macht“. In: *Hegel-Jahrbuch*. Köln: Pahl-Rugenstein Verlag, pp. 318–329

TROTSKY, Leon. (1942), “A Petty-Bourgeois Opposition in the Socialist Workers Party”. In: *In Defense of Marxism (against the Petty-Bourgeois Opposition)*. New York: Pioneer Publishers, pp.43-62.

TSURU, Shigeto. (1976), *Towards a New Political Economy*. Tokyo: Kodansha.

WALLACE, Rob.; LIEBMAN, Alex.; CHAVES, Luis Fernando; WALLACE, Rodrick. (2020), “COVID-19 and Circuits of Capital”. *Monthly Review*, 71 (12), sp.

WISHART, Ryan; JONNA R. Jamil; Besek, Jordan. (2020), “Metabolic Rift. A Selected Bibliography”. *Monthly Review Online*. Disponível em: <http://monthlyreview.org/commentary/metabolic-rift/#> Acesso 1 nov. 2020.

WITTFOGEL, Karl. (1985), “Geopolitics, geographical materialism and marxism”. *Antipode: A Radical Journal of Geography*, 17(1): 21-72.

Referências MEGA²

INTERNATIONALE MARX-ENGELS-STIFTUNG (Eds.), (2004), *Karl Marx, Friedrich Engels Gesamtausgabe (MEGA), Teil II, Band 15., Karl Marx, Karl Marx, Das Kapital, Kritik der Politischen Ökonomie, Dritter Band, Hamburg 1894, text, apparat*. Berlin: Akademie.